

# A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica

*Carlos Alberto Santos Costa\**

## Resumo

Este estudo combina dados históricos e arqueológicos sobre os contextos construtivos do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé de Salvador, Bahia. Inicia demonstrando os antecedentes históricos que favoreceram e obrigaram os portugueses à fundação da cidade de Salvador, vendo este núcleo citadino como parte sistêmica do estabelecimento do poder e domínio lusitano no Novo Mundo. Neste contexto insere-se a fundação do templo da Igreja da Sé, sobre o qual concentramos observações referentes ao contexto construtivo, apresentando, de maneira cronológica, dados históricos oriundos de documentação primária e secundária, dados iconográficos e evidências materiais arqueológicas que remontam a tais eventos.

**Palavras-chave:** Salvador colonial, Igreja da Sé, materiais construtivos.

## Considerações gerais

O aniversário de 500 anos de chegada de Pedro Álvares Cabral a terras do atual território brasileiro constituiu um momento privilegiado de reflexão sobre acontecimentos relevantes para a formação deste Estado-Nação. E, de fato, a efervescência em torno deste evento paradigmático ensejou a realização de estudos de diversas naturezas – históricas, sociológicas, antropológicas, jornalísticas etc. – e de uma série de reflexões a respeito desse meio milênio de história. Nesse contexto de reflexões, novas pesquisas e

---

\*Carlos Alberto Santos Costa – professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pesquisador bolsista do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (CEAUCP).

Republicação do artigo: COSTA, Carlos Alberto Santos. A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica / Brazil's primatial church: a historical-archaeological perspective. In: Revista de História da Arte e Arqueologia, n. 15, vol. 1. Campinas: UNICAMP: 2011, pp. 51-82.

debates, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA) oportunamente lançou o concurso *Brasil 500 anos: a grande jornada*, com a finalidade de incentivar a produção acadêmica de seus alunos de graduação.

Estimulados pelo tema e pelo concurso, inscrevemos o breve estudo *A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórico-arqueológica*, que obteve a primeira colocação. Trata-se de um trabalho que combina dados históricos e arqueológicos relativos ao contexto construtivo do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé de Salvador-BA, desenvolvido paralelamente às atividades de bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBI C/CNPq), entre setembro de 1999 e agosto de 2001. Para esta publicação, foram revistos alguns aspectos e inseridos novos dados, reflexo da continuidade das pesquisas e de novas experiências obtidas.

Este trabalho deve ser igualmente enquadrado no âmbito do Projeto de Escavações Arqueológicas da antiga Igreja da Sé, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da FFCH/UFBA, que mobilizou uma equipe de quase cinquenta pessoas, entre docentes pesquisadores, pesquisadores de campo, bolsistas universitários e secundaristas e auxiliares de campo<sup>1</sup>. Estas escavações foram coordenadas pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. Esse Projeto – cujas atividades de campo foram realizadas entre agosto de 1998 e maio de 2002, sendo que as de laboratório até hoje permanecem – funciona como um laboratório para treinamento de bolsistas, ensejando o desenvolvimento de subprojetos específicos. As escavações arqueológicas tinham o propósito de evidenciar parte dos alicerces da antiga Igreja da Sé, que passaram a compor a Praça da Sé da cidade de Salvador-BA em sua nova remodelação, expostas *in situ* ao grande público e utilizados como um dos monumentos comemorativos dos 450 anos da cidade e 500 anos do Brasil; isto é, representantes materiais da história da cidade e do país.

O edifício da Igreja da Sé foi o maior e um dos mais importantes templos que existiram na metrópole, sendo, durante pouco mais de dois séculos, a catedral diocesana do Brasil. Nos trezentos e oitenta e um anos em que esteve de pé, isto é, de 1552 a 1933, foi cenário de uma série de acontecimentos demonstrativos da sua relevância ao longo dos séculos. Mencionamos apenas alguns: a chegada do primeiro bispo ao Brasil, no século XVI; a ocupação holandesa; as missas e os sermões realizados pelo padre Antônio Vieira, no século XVII; os deslizamentos de terra, típicos das encostas de Salvador, que afetaram a igreja e suscitaram a comoção popular face à série de alterações em sua estrutura no decorrer dos séculos XVII e XVIII; o esforço das irmandades, sobretudo a do Santíssimo Sacramento, para manter a integridade da Sé durante o século XIX e início do seguinte; a revolta da sociedade baiana contra a demolição da igreja, nas três primeiras décadas do século XX; entre outros. Personagens que marcaram a história da cidade foram batizados, casados e enterrados no interior desta igreja, o que acentuou ainda mais seu papel

como referência na vida cidadã.

Entender as mudanças construtivas da Sé, nesse sentido, significa não se restringir à compreensão das meras alterações do espaço arquitetônico. Elas retratam, fundamentalmente, fatores de ordem social, política, administrativa, religiosa e militar de quatro séculos de história de ocupação europeia no espaço de Salvador. Das escavações arqueológicas e dos estudos dos materiais construtivos coletados resultou uma gama de informações que pode complementar e substituir os dados de caráter histórico, ao mesmo tempo em que requer o concurso desses mesmos dados. É nessa interface que a pesquisa arqueológica da antiga Igreja da Sé se apoia para entender as mudanças ocorridas no prédio e no seu entorno, o que, por vezes, justifica a situação específica do espaço escavado.

## **Antecedentes da ocupação portuguesa na área da baía**

Não se pode limitar a história de Salvador, logo, a da antiga Igreja da Sé, aos 450 anos de sua existência e esquecer que a fundação desta cidade não foi resultado da boa vontade portuguesa. Deve-se, sim, a uma série de acontecimentos que antecederam a criação da primeira capital do Brasil. O que queremos dizer, em última instância, é que essa história, a rigor, começa há 500 anos, com o “descobrimento” do Brasil.

Isto reporta-nos a 22 de abril de 1500, quando chega, ao que viria a ser o Brasil, a expedição enviada pelo rei português D. Manuel, comandada por Pedro Álvares Cabral e composta por treze embarcações e quase 1500 pessoas. Tratava-se de viagem com o objetivo de proceder ao reconhecimento oficial de terras além-mar, minuciosamente registradas na famosa carta de Pero Vaz de Caminha. Portugal, na sede que o impulsionava à exploração marítima, desde pelo menos cem anos antes, já havia conquistado parte da costa e das ilhas africanas (Ceuta, Cabo Verde, Madeira, Cabo da Boa Esperança, Moçambique, Melinda etc.). Nelas tinha estabelecido colônias, que, simultaneamente, funcionavam como bases para o novo caminho marítimo para as Índias e impulsionavam o comércio com Portugal. Com a nova “descoberta”, nova terra e novas riquezas se apresentaram, e com elas, novos povos (equivocadamente denominados índios).

Os trinta anos que sucederam ao descobrimento, isto é, o lapso compreendido entre 1500 a 1530, foram caracterizados pelo desinteresse português pela colonização, de forma que não foi implantado nenhum tipo de povoamento, tampouco desenvolvida atividade econômica sob a égide da Coroa. Dessa época provêm os vestígios do Engenho do Itacimirim<sup>2</sup>, encontrados na região de Porto Seguro-BA<sup>3</sup>, datados em 510±30 AP<sup>4</sup>; informação essa que chama a atenção, posto que alude a uma atividade produtiva anterior à implantação da produção açucareira.

Parece-nos que esse desinteresse inicial devia-se ao fato de o comércio de especiarias com os povos de Ásia e África ser muito rentável a Portugal, facilitado, por sua vez, pelas rotas de navegação descobertas por Vasco da Gama. Contrariamente, as terras recém-descobertas no Novo Mundo não ofereciam lucros imediatos, pois não estavam beneficiadas e nem se conhecia o seu potencial. Não obstante se soubesse da existência do pau brasil, passível de ser extraído e comercializado por um número pequeno de pessoas que formava as feitorias, ele era menos rentável que as especiarias, logo, menos atraente economicamente. Assim, havia algumas expedições marítimas esporádicas, que, por um lado, tinham a finalidade de fazer o reconhecimento geográfico do litoral e, por outro, preservar a posse das terras em nome do rei de Portugal.<sup>5</sup>

O direito de Portugal sobre as novas terras era assegurado por um acordo firmado com a Espanha, em 1494: o Tratado de Tordesilhas. Este determinava a exploração, por Portugal, em um limite geográfico, delimitado por uma linha meridiana imaginária de até 370 léguas ao ocidente das ilhas de Cabo Verde; o que existisse após este limite seria território da Espanha. No entanto, outros povos europeus (franceses, ingleses e holandeses) não aceitavam o que determinava o acordo, de modo a disputar as terras americanas com Portugal e Espanha, sobretudo após a descoberta de ouro e prata pelos espanhóis no México e no Peru. Esses fatores, adicionados à pouca vigilância exercida sobre as novas terras, estimularam o contrabando do pau-brasil por parte de mercados não portugueses. As incursões cada vez mais frequentes fizeram com que Portugal decidisse colonizar e garantir o poder sobre sua propriedade territorial. Por outro lado, o comércio com o Oriente deixou de ser tão lucrativo, em função dos gastos com o transporte marítimo, a manutenção dos entrepostos comerciais e a concorrência com outros povos que exploravam a mesma rota. Além disso, a possibilidade de encontrar ouro e prata, como havia acontecido nas colônias espanholas, tornou a ideia de colonização “brasileira” possível e necessária.

Assim, procedente de Portugal, no final de 1530, veio para o que configuraria o território brasileiro a “expedição colonizadora” comandada por Martin Afonso de Sousa, para colonizar, combater os estrangeiros, procurar ouro e reconhecer o litoral brasileiro. Nesse intuito, Martin Afonso fundou a Vila de São Vicente (1532), onde iniciou o plantio da cana-de-açúcar voados de Santo André da Borda do Campo e Santo Amaro. Deve-se ressaltar que não era intenção de Portugal desenvolver nenhuma atividade econômica que satisfizesse as necessidades internas da nova colônia, mas desenvolver um sistema que pudesse satisfazer os interesses da metrópole portuguesa, produzindo o que fosse necessário ao mercado europeu (açúcar, algodão, tabaco, ouro etc.).

Todavia, a estratégia de colonização portuguesa não foi suficiente para proteger as terras brasileiras, de modo que em 1534, o rei D. João III resolveu dividi-las em quinze lotes, cada um dos quais concedido para exploração econômica a uma pessoa, nomeada

pelo rei, que tivesse intenção e dinheiro para investir nas terras coloniais: o donatário. Este seria a autoridade administrativa autônoma e máxima na capitania, sendo substituída após a morte por um de seus descendentes; esta situação proveu aos lotes o nome de “capitanias hereditárias”<sup>6</sup>. A relação jurídica entre os donatários e o rei de Portugal era garantida pelas “cartas de doação” – que concediam o direito de hereditariedade à administração das capitanias – e pela “carta foral” – que estabelecia os direitos e deveres dos donatários, sobretudo econômicos, que, em sua maioria, favoreciam Portugal.

Essa estratégia parecia garantir a proteção do território, uma vez que as sedes das capitanias estavam distribuídas ao longo do litoral, pois requeriam um porto para receber e liberar produtos e proteger as terras da entrada de invasores; isto é, a posse e o reconhecimento efetivos do maior território possível para exploração. De qualquer forma, a faixa de litoral e o território cedidos para exploração eram muito grandes para que os donatários, sozinhos e com escassos recursos financeiros, pudessem salvaguardá-los; tais fatores resultaram no insucesso lucrativo das capitanias, com exceção de São Vicente e Pernambuco. Além disso, houve revoltas de grupos indígenas contra a invasão de seu território; dificuldade de comunicação das capitanias entre si e com Portugal, o que provocava seu isolamento; e o fato de não serem todas as terras passíveis de produzir as mercadorias mais rentáveis, a exemplo da cana-de-açúcar. Apesar de todos esses problemas, o sistema de capitanias cumpriu o seu papel, ou seja, lançou os fundamentos da colônia.

A criação do governo-geral, que veio a ser instalado na Bahia em 1549, visou o controle sobre o território colonial. Surgiu como uma manobra política de Portugal para manter seu poder e proteger sua *colônia de exploração* da cobiça das outras potências europeias. Concomitante ao governo-geral, criou-se um sistema integrado econômico-administrativo, militar e religioso para funcionar como base aos interesses comerciais e marítimos lusitanos, além de controlar os acontecimentos de além-mar.

## **A Sé primacial na cidade de Salvador: mudanças arquitetônico-estruturais**

A expedição que trouxe Tomé de Souza para a implantação da cidade-forte, que denominou San Salvador da Baía de Todos os Santos, partiu de Lisboa em 10 de fevereiro de 1549 e aportou na praia do atual Porto da Barra no dia 28 de março do mesmo ano. A criação de uma cidade fortificada, como já foi dito, tinha uma razão básica: a proteção das terras coloniais contra as outras potências europeias.

A escolha da Baía de Todos os Santos resultou de uma série de fatores de ordem prática. A rota marítima de Portugal às Índias era direcionada pelos regimes dos ven-

tos e correntes marinhas, de forma que as embarcações, “guiadas” por estes regimes, passavam pela costa leste da América do Sul (Recife e Salvador), utilizando-a como ponto estratégico de abastecimento. Nesse sentido, a Baía de Todos os Santos foi ponto importante, por ser a maior reentrância do litoral leste sul-americano, “(...) sendo capaz de prover abrigo, aguada, mantimentos e lenha a todos que a demandem”<sup>7</sup> .

A área escolhida para a fundação da cidade localizava-se sobre uma escarpa de falha (horst), resultado do deslocamento de uma placa tectônica (graben), que em tempos geológicos teria cedido e se encaixado gradativamente no manto terrestre, dando espaço ao que é, hoje, a Baía de Todos os Santos. A singular situação natural promoveu a divisão da cidade em dois setores, conforme afirma Pedro Agostinho: “(...) sobre o Horst<sup>8</sup> , no alto, ficaram as sedes do poder político, eclesiástico e marcial; e na estreita faixa de marinha, entre o sopé da escarpa-falésia morta e o mar, o porto e toda sua vida econômica de comércio e manufatura”<sup>9</sup> .

Com relação ao plano urbanístico de Salvador, assemelha-se ao português (por exemplo, os de Lisboa e Porto) desde a escolha da área, distribuição dos espaços arquitetônicos (igrejas e conventos, edifícios públicos, solares, comércios etc.), até, sobretudo, o plano de defesa<sup>10</sup>. O regimento<sup>11</sup> elaborado por ordem de D. João III , trazido por Tomé de Souza, relata que o governo deveria “(...) mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente”<sup>12</sup> . Obviamente, essa “conveniência” estava relacionada às pretensões portuguesas, e, por isso, o plano urbanístico seria primordialmente direcionado pelo sistema de fortificações. Isto é, a estrutura urbanística de Salvador obedeceria à lógica do plano defensivo. Se comparado com os das colônias de povoamento planejadas por Espanha e Inglaterra, que davam preferência a áreas planas e ruas ortogonalmente direcionadas aos pontos cardeais, o plano urbanístico de Salvador adquiria uma feição desorganizada. Entretanto, se tratava de um plano diferenciado daquele das outras potências europeias, por obedecer à lógica do sistema militar político-administrativo lusitano.

Observava-se, em boa parte dos países europeus, uma estreita relação entre os sistemas político-administrativo e religioso, que também se refletia na primeira capital do Brasil. Essa relação não tinha outro sentido senão legitimar as ações da Coroa portuguesa mediante a lógica da proteção da lei divina, fato que fica explícito no regimento trazido por Tomé de Souza, em que se encontram, por diversas vezes, as citações “(...) a serviço de Deus e meu (...)” ou “(...) nossa Santa Fé (...)”<sup>13</sup> .

A exemplificar a situação de aproximação do poder real ao religioso, a própria expedição de Tomé de Souza trazia alguns jesuítas, entre eles, o Padre Manoel da Nóbrega, que construiu a capelinha da Ajuda ou de Nossa Senhora da Ajuda em Salvador, em 1549. Situada próxima à Casa de Câmara e Cadeia e à Casa do Governador, a igreja teve, pro-

visoriamente, atribuições de Sé. Levantada em barro e palha (paredes de taipa e teto de palma), recebeu o nome de Sé de Palha<sup>14</sup>. Desse período inicial, foi possível identificar, analisar e contextualizar, durante as escavações arqueológicas do sítio da Sé Primacial, duas concentrações de materiais construtivos compostas por tijolos, telhas e cravos, que, uma vez analisados em laboratório, demonstraram ser semelhantes tecnicamente. Isso indica que poderiam corresponder a um mesmo momento de deposição. Desses microcontextos, foi possível coletar um tijolo com duas cruzes de Cristo carimbadas<sup>15</sup>, uma em cada face, dado que reporta à intervenção da Ordem Jesuíta<sup>16</sup> na construção da nova cidade, especificamente, na produção oleira<sup>17</sup>. Ademais, foi possível realizar a datação de um fragmento de telha por termoluminescência, para o qual foi estabelecida a idade de  $450 \pm 50$  AP<sup>18</sup>.

Em 04 de dezembro de 1551, D. João III escreveu ao Papa Júlio III, demonstrando interesse em erigir nestas terras uma igreja catedral com sede para bispado<sup>19</sup>, para cujo cargo foi indicado D. Pero Fernandes Sardinha. A partir daí, a Igreja da Sé representaria a força máxima da religião oficial no Brasil, legitimando uma estratégia de povoamento e efetivação do controle político de Portugal sobre o território, a ponto de fazer jus a uma das autoridades eclesiásticas mais importantes.

D. Pero Fernandes Sardinha chegou a Salvador em 1552.<sup>20</sup> Peres afirma não ser possível “(...) apontar com exatidão o início da construção das fundações da Sé, no ano de 1552”.<sup>21</sup> Mas o mesmo autor apresenta um relato de 05 de setembro do mesmo ano, que fala do pagamento a Luís Dias (mestre) e Pedro de Carvalhaes (pedreiro) de “nove mil trezentos, e oitenta reis em dinheiro, que lhe eram devidos de quarenta, e nove braça, e meia de alicerces, que abriu para a Sé desta Cidade à razão de cento, e noventa reis braça conforme o seu Contracto (...)”<sup>22</sup>, o que possibilita considerar 1552 como o ano do início das obras da Sé com pedra e cal. Uma coisa, pois, parece certa: a Igreja da Sé só começou a ser construída depois da chegada do Bispo Sardinha.

A Sé foi instalada na parte alta da cidade, com a fachada voltada para a Baía de Todos os Santos. Isto é, foi estrategicamente posicionada para receber os navegantes que a esta cidade chegavam. Através da monumentalidade arquitetônica e dos fatores topográficos de sua localização, a igreja emergiu, mais elevada que os outros prédios, em um contexto urbano hierarquizado. Dessa forma, o próprio prédio transmitia a força hegemônica da ideologia religiosa, alertando a quem chegava por mar que entrava no domínio de um reino católico.

Na sua construção foram utilizadas pedras “tiradas da coroa Itapagipana, ao norte da Ilha de Maré, donde também vieram as suas campas”.<sup>23</sup> E, como era comum em prédios nobres de uma metrópole, também foram utilizadas pedras portuguesas, conforme afirma Vasconcellos: “os monumentos do litoral, como a Conceição e Sé da Bahia,

a Matriz da Boa Viagem, etc., empregaram também a pedra portuguesa”, “talhadas e numeradas”<sup>24</sup>. Vale observar que a utilização de pedras do reino, especialmente a pedra lioz, em prédios ou construções na colônia denotava o prestígio do lugar.

Com relação à procedência dos outros materiais que compunham o corpo do prédio da Sé, pode-se supor que, em termos de argamassa, era utilizada a cal produzida pela queima de conchas de sambaquis, costume desde os primeiros momentos da construção da cidade. Sabe-se, através da carta de Luís Dias (mestre-de-obras da cidade de Salvador), enviada à D. João III em 13 de julho de 1551, que em Itaparica se produzia cal e que esta foi utilizada para rebocar as muralhas de taipa, que eram construídas na escarpa da falha, onde se situa Salvador.<sup>25</sup>

A construção da Sé com pedra e cal parece haver requerido lapso de tempo significativo, como sugerem estes três depoimentos: o primeiro, do Padre Manuel da Nóbrega, em carta datada de 2 de setembro de 1557, afirma que “dever-nos El-Rey fazer collegio estando a See por fazer”; o segundo, do rei D. João III, em Alvará datado de dezembro de 1559, mostra que “na Sé da Cidade de Salvador das partes do Brasil haja daqui em diante um tangedor dos Órgãos o qual haverá de mantimento ordenado de doze mil reis em cada anno a custa de minha fazenda emquanto se não acabar de fazer a dita Sé”; e o terceiro, do governador Men de Sá, em seu Instrumento dos Serviços, datado de 1570, diz “Fiz a see desta cidade de pedra e call e de tres navees e de boa grandura”<sup>26</sup>. Pouco tempo mais tarde, em 1584, provavelmente quando ainda não haviam sido concluídas as obras da antiga igreja, Gabriel Soares de Sousa dava a seguinte descrição:

A Igreja é de três naves, de honesta grandeza, alta e bem assombrada, a qual tem cinco capelas muito bem feitas e ornamentadas, e dois altares nas ombreiras da capela-mor. Está a Sé em redondo cercado de terreiro, mas não está acabada da torre dos sinos e da do relógio, o que lhe falta, e outras oficinas muito necessárias, por ser muito pobre e não ter para fábrica mais do que cem mil reis cada ano, e estes mal pagos.<sup>27</sup>

Em 1610, Francisco Pyrard de Laval relata “(...) uma bela igreja catedral ou Sé, onde há um deão e cônegos”<sup>28</sup>. Citações como as de Gabriel Soares e Francisco Pyrard refletem o prestígio do qual a Sé, então catedral, gozava na cidade de Salvador, nos primeiros anos de existência.

Entre 1613 e 1616, no governo de Gaspar de Sousa, a Sé passou por uma grande reforma que visava resolver problemas estruturais no prédio, em especial uma “brecha que olhava para ocidente”.<sup>29</sup> Entretanto, uma citação de Ignácio Accioli contradiz essa informação, ao afirmar que, durante a gestão de Gaspar de Sousa (1612-1617):

Sendo chamado a Pernambuco para ocorrer aos acontecimentos da conquista do Maranhão, fez antes de partir uma convocação na Sé, onde reuniu os oficiais da fazenda, desembargadores e profissionais de construção, afim de deliberarem todos se era conveniente demolir o mesmo templo para construir outro no

mesmo lugar, alvitre que foi adoptado, ou concertar o antigo edificio e augmental-o. Dahi data a construção da Sé, que ainda existe.<sup>30</sup>

Este fato, além de aventar a possibilidade de decadência da Sé, demonstra outro dado passível de análise: a demolição ou reconstrução da Igreja Catedral. O fim da citação de Ignácio Accioli – “Dahi data a construção da Sé, que ainda existe” – deixa explícita a construção de uma nova Sé. Por outro lado, como já assinalado, Gabriel Soares e Men de Sá, referindo-se à Igreja da Sé, descrevem-na como igreja de três naves, ao passo que o templo que persistiu até 1933 possuía apenas uma. Esses fatos são bons indicadores da reconstrução da Sé.

Sendo chamado a Pernambuco para ocorrer aos acontecimentos da conquista do Maranhão, fez antes de partir uma convocação na Sé, onde reuniu os oficiais da fazenda, desembargadores e profissionais de construção, afim de deliberarem todos se era conveniente demolir o mesmo templo para construir outro no mesmo lugar, alvitre que foi adoptado, ou concertar o antigo edificio e augmental-o. Dahi data a construção da Sé, que ainda existe.

Este fato, além de aventar a possibilidade de decadência da Sé, demonstra outro dado passível de análise: a demolição ou reconstrução da Igreja Catedral. O fim da citação de Ignácio Accioli – “Dahi data a construção da Sé, que ainda existe” – deixa explícita a construção de uma nova Sé. Por outro lado, como já assinalado, Gabriel Soares e Men de Sá, referindo-se à Igreja da Sé, descrevem-na como igreja de três naves, ao passo que o templo que persistiu até 1933 possuía apenas uma. Esses fatos são bons indicadores da reconstrução da Sé.

Durante as escavações das áreas das sacristias, foi possível à equipe de arqueologia reconhecer, a partir das diferenças compositivas dos alicerces, certos limites da Sé antes da presumida última ampliação, ou seja, 1612-1616.

Em 1624, por ocasião da invasão holandesa da Bahia, a Sé – assim como outras igrejas de Salvador, a exemplo da Misericórdia e do Carmo – foi sitiada, tomada para fins militares e bombardeada ao assumir esta função. Neste momento, a Igreja Catedral continha apenas uma torre.<sup>31</sup> Tomayo de Vargas, um dos mais representativos cronistas da invasão holandesa, relata que:

Achava-se assestada na torre da Igreja Cathedral, onde se via tromolar o seu estandarte, outra peça pequena e nas espaldas da mesma igreja n'um terraplano em frente da marinha, tres peças de ferro dispostas de forma que podiam fazer damno ao Carmo, em cuja direção existia cavalgada outra peça no alto de uma caza da qual outras tres dirigirão suas pontarias para o lado do Carmo.<sup>32</sup>

A utilização da igreja como fortificação e sua posição “privilegiada”, imediatamente sobre a borda da escarpa, propiciaram um grande estrago na estrutura da Sé. O prejuízo causado foi relatado, em 1626, por dois cronistas – o já citado Tomayo de Vargas e o

## holandês Aldenburg:

Se era vasta, não era sólida, nem luxuosa. Pela invasão holandesa, balas lhes atravessaram as paredes, sem maior dano do que os rombos.<sup>33</sup>

No Domingo Misericórdias (13 de abril de 1626) quando o nosso pastor fazia a prática, as tropas espanholas atiraram com tanta força contra a igreja (da Sé), que uma grande bala arrancou de vez as pernas de três marinheiros; por esta causa o pastor foi obrigado a pregar em outro lugar.<sup>34</sup>

Corroborando as informações das mudanças arquitetônicas feitas na antiga Sé, a reforma de uma calçada localizada atrás do antigo templo, realizada pela Casa da Câmara, torna-se um fato importante, por se supor tratar-se de uma área ocupada posteriormente pela Antiga Igreja, na ampliação. Esta Arrematação da Calsada é demonstrada em Ata da Câmara Municipal de Salvador, datada de 12 de setembro 1629:

(...) mandarão que se arrematasse a Calsada que se mandava fazer detraz da Sé, por andar muitos dias empregarão e não haver quem menos lanço fizesse, que João Rodrigues Pedreiro, que lançou nove tustões, pondo o Calhão, e com este lanço andou o Porteiro Manoel Gonçalves Rapozo pela dita Praça, sem haver quem por menos a fizesse, que o dito João Rodrigues, que lançou nove tustões em cada braça, e logo o dito Porteiro metteo o Ramo na mão do dito João Rodrigues no dito lanço (...).<sup>35</sup>

Em 1633, a Sé ainda não havia se restabelecido dos estragos provocados pela invasão holandesa de 1624, necessitando, assim, de restauração. A recuperação preocupava o prelado D. Pedro da Silva, que, ao pedir ajuda à metrópole, recebeu a seguinte resposta d'El Rei, em alvará:

(...) em razão de ao tempo q os Holandezes occuparão a praça da Bahia de todos os sanctos, destruirão a Sé daquela cidade, e a igreja estava destilhada e indecente p. a se celebrare os officios Divinos, e cessarão as obras q se fazião na dita Igreja, me pedia q tanto que as guerras do Brasil desem lugar mandasse q. se fosse continuando cõ as ditas obras, e q entretanto p. a se poder na Igreja dizer missa e celebrase off. Os Devinos cõ decencia, se desse no Brasil o Necesso. p. a se porem as paredees em Altura q se possa cobrir a Igreja, ou por outra maneira remediar (...).<sup>36</sup>

Uma ata registrada no livro da mesma Câmara, datada de 26 de maio de 1635, relata ainda que:

(...) foi mandado a mim Tabalião, que huns chãos que estavam detraz da Sé, herão dados a hum Gonçalo Francisco, contra a ordem e Regimento desta Camara, sem andarem em Praça a quem por elles mais desse, na forma da Orde-nação, e que a obrigação de acodir por isto, carregava sobre o dito Procurador do Conselho, e a forma do seo Regimento que eu Tabalião o notificasse, fizesse seo dever, e cumprisse seo regimento, sob pena de se lhe dar em culpa (...).<sup>37</sup>

Como se pode perceber, a apropriação destes “chãos que estavam detraz da Sé” era ilícita. Entretanto, na gestão do Bispo D. Pedro da Silva Sampaio, a antiga Igreja da Sé foi

novamente ampliada, ficando com as proporções que manteve até a sua demolição.<sup>38</sup> A ampliação, realizada de 1634 a 1638, deixou-a com duas torres, sendo uma para o sino e outra para o relógio.<sup>39</sup> Esse fato nos leva a supor que a área citada na ata da Câmara de 26 de maio de 1635 não seria a mesma utilizada na ampliação, ou que a apropriação da área localizada atrás da Sé teria ocorrido durante as reformas, o que justificaria uma punição.

Vilhena descreve a igreja, com duas torres, da seguinte forma: “Era a sua frontaria tôda de pedra do país, lavrada, e ornada de colunas retorcidas, com duas esbeltas, e elevadas tôrres, tôdas da mesma pedra (...)”<sup>40</sup> Accioli também relata essa reforma na então catedral, entre 1634 e 1637 (com possibilidades de ter se estendido até 1645), e afirma que ela “Achava-se ainda então feita de taipa”.<sup>41</sup> O fato suscita dúvidas, pois, se a Sé havia sido construída no alto da escarpa com “pedra e cal”, admitida a existência de uma reconstrução no governo Gaspar de Sousa (1612-1617), como supor que ela tivesse sido feita com taipa? Peres, para este caso, levanta a hipótese de a igreja possuir certos trechos construídos com a técnica da taipa.<sup>42</sup>

A Igreja da Sé seria outra vez utilizada como fortaleza em 1638, só que agora pelos portugueses e espanhóis, com finalidade de defesa contra os holandeses, liderados por Nassau e frustrados em sua segunda tentativa de invasão da Bahia. É quase improvável que a segunda investida holandesa tenha atingido a Sé, pois os invasores foram repelidos nas proximidades da península itapagipana, na parte baixa da cidade.<sup>43</sup>

D. Estevão dos Santos (arcebispo primaz) declarou, em 1671, a necessidade de prosseguir as obras de reforma da Sé, quando, em consulta dirigida a El-Rei, pediu a renovação do alvará que liberava a verba concedida ao templo desde o arcebispado do seu antecessor, D. Pedro da Silva.

Ao conselho Parece que V.S. mande passar Alvara ao Bispo do Brazil para ser superintendente das obras da L? [Sé] u e que nellas se va continuando com applicação dos duzentos mil rs. que tem a cada um anno da fazenda Real, e com as esmollas que para este effeito também se applicarão, e estiverem por cobrar dos Fieys.<sup>44</sup>

Um ano depois, em 1672, esta verba foi ampliada, como o demonstra Fernando Peres, ao transcrever uma carta do Príncipe D. Affonso Furtado:

(...) me parece dizer vos que facais continuar com as obras da Sé com todo o calor, commo tendo a direção dellas ao Conego Francisco Pereira nomeado pelo bispo, e dos ditos sinco mil cruzados, que se pagavão a D. Michaela da Silva, fareis aplicar para as ditas obras hum conto de reis cada anno, que com os 200.000 reis, que mais tem, fazem 3.000 cruzados (...).<sup>45</sup>

Em 1676, a Sé foi elevada à condição de Catedral Metropolitana. Do final desse século são os portais em cantaria, elaborados com elementos decorativos barrocos.

Carlos Ott afirma que na Sé, assim como noutras igrejas e sobrados, foram imitados os motivos da casa pertencente a João de Mattos Aguiar, que introduziu a novidade ornamental oriunda do México, já que tinha contatos com o mundo hispânico.<sup>46</sup> O autor também assinala uma medição efetuada por ocasião de um pagamento devido aos descendentes do mestre João da Costa Guimarães. Por esse documento, sabemos que, em 1699, a Igreja tinha o aspecto seguinte: “(...) frontispício da Sé, que consta todo, entre torre e torre, de três corpos, dous de colunas e o último de coartellas (...).”<sup>47</sup>

Em junho de 1707, no arcebispado de D. Sebastião Monteiro da Vide, a Sé recepcionou o Sínodo de Bispos, evento religioso de grande repercussão para a colônia. Na ocasião, foi elaborado um conjunto de disposições normativas denominado Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que descreve a Sé como:

(...) o mais sumptuoso, & magnífico Templo de todos os da América, obra verdadeiramente Real, pois se fez por ordem de Sua Magestade, como perpetuo Administrador da Ordem, de cuja Real grandeza se espera a última perfeição desta Igreja, em que também se manifesta o zelo & piedade Christãã dos devotos das Irmandades particulares (...).<sup>48</sup>

Talvez se deva atribuir esse relato elogioso ao momento específico e à grandeza do evento, pois a Sé sofria com problemas estruturais – por exemplo, o reforço do antigo templo, em 1706, com grossas linhas de ferros. Ainda no mês de agosto do estruturais na Sé e a necessidade de demolição da torre sul<sup>49</sup>. O fato de o edifício estar próximo à escarpa e o peso excessivo da fachada provocaram um leve deslizamento de terra, com consequentes repercussões no corpo do antigo templo.

A demolição da torre foi ordenada em provisão datada de 14 de outubro de 1709<sup>50</sup>, mas só realizada no governo de D. Pedro de Noronha (1714-1718).<sup>51</sup> Nesse momento, a igreja sofreu transformações substanciais: foram retirados os pesados ornamentos do frontispício<sup>52</sup> e ambas as torres<sup>53</sup>. No mesmo período, em 1716, aumentou-se a muralha que dava sustentabilidade à encosta sobre a qual se localizava a Sé.<sup>54</sup> Anos mais tarde, Vilhena descreveu, detalhadamente, essa estrutura de contenção, o que denota a importância da obra de engenharia:

(...) uma muralha de duzentos e trinta palmos de comprimento para um lado, começando com altura de 47, e acabando ao correr da ladeira na de 108 palmos, e com grossura de 24 ½ palmos na sapata, e 6 no remate em cima, do lado do norte desta grande muralha começa, e continua pela ladeira acima um outro lanço, que vai finalizar na esquina do Palácio do arcebispo com 155 palmos de alto, quando começara com 108 como disse. Êste é meu Filopono o espaço que toma o adro da Sé com a largura de 160 palmos da porta até a muralha (...).<sup>55</sup>

Não obstante esses cuidados, a igreja continuava a exigir reparos. Em 1725, foi realizada, conforme o petítório do prelado D. Luis Alvarez de Figueiredo, a construção do “(...) assento do órgão, e relógio (...)” e ainda “(...) varandas de telha (...)” Mais tarde,

em 1728, o mesmo bispo pediu que se acrescentasse à verba de “200 \$rs”, liberada anualmente para as obras da Sé, “1.000\$000 cada anno”. No entanto, a Coroa respondeu “estar satisfeita a consignaçon de 200\$rs. Que manda dar a sua real fazenda todos os annos para a fabrica da dita Sé, ella não estava obrigada a concorrer com mais cousa alguma para a dita fabrica”.<sup>56</sup>

Nesse interregno, D. Luis mandou suspender “o que é preciso para completar a obra do dito órgão”, além de não realizar as outras obras necessárias, como “reformatar o sobrado das torres, que estão destruídos”; “assentar-se o relógio”; “fazer-se um muro muito forte na ladeira que está à porta da mesma Sé”; “ampliar o frontespicio das raízes de uma árvore chamada gameleira, que o vão arruinando”; “o dos telhados”; e outras que seriam “para inteiro complemento para obra da dita Sé”.<sup>57</sup> O fato de nada haver sido feito posteriormente autoriza questionar se a verba complementar solicitada tinha caráter indispensável, conforme o postulado.

A corroborar o questionamento, há o fato, ocorrido pouco tempo depois, no governo de Vasco Fernandes de Meneses, entre 1727 e 1728, de a Igreja da Sé ter sido objeto de nova alteração, através do acréscimo, que se nos afigura supérfluo, de um passadiço aéreo, tipo de ponte coberta que ligava a Sé ao palácio arquiépiscopal. Tal alteração rendeu ao governador censuras por parte do rei de Portugal, D. João V:

D. João por graça de D. Rey de Portugal e dos Alges. Daquen e dalem mar em Affrica sr. De Guine o faço saber a vós Vasco Frz. Cezar de Menezes V. Rey e Cappitão General de mar e terra do Estado do Brazil, q. eu sou informado que por húa ordem q. se fez ahi publica que recebereis pella Secretaria de Estado se mostrava q. eu fora servido ordenar-vos q. no Pallacio em que vive o Arcebispo se fizesse nelle as obras q. fossem precisas, e que em virtude della mandareis fazer húa passadisso para este Prelado hir para a Sé. Me paraceo dizervos que como esta obra se acha feita não pode reprovar a sua despeza, porem no que pode deixar de se reparar q. a dita obra não era a que se comprehendia, na minha real ordem, pois se não reconhecia por tão precisa, porq. El Rey nosso sr. o mandou por Antonio Roiz da Costa do seu Cons<sup>o</sup>. e o Dr. Joseph de Carvalho Abreu conselheyros do Cons<sup>o</sup>. Ultramarino, e se passou por duas vias.<sup>58</sup>

Na primeira metade do século XVIII (1721-48) e no final deste (1795-97), aconteceram vários deslizamentos de terra na encosta de Salvador. Em 1751, o paredão de sustentação construído sobre a escarpa em que se assentava a Sé rachou em três pontos, levando o governador Luiz Peregrino Ataíde, em 1754, a aumentar a muralha situada defronte à igreja.<sup>59</sup>

Em vistoria realizada em 28 de fevereiro de 1757, especialmente nas torres “(...) onde se achavão os sinos grandes e relógio (...)”, constatou-se “a necessidade de ser a mesma torre [do relógio] demolida até a cimalha, assim se praticou, sendo igualmente tirados os sinos das outras torres”.<sup>60</sup> Aqui, remetemos o leitor à nota 54, na qual consideramos a possibilidade de não terem sido totalmente demolidas ou reedificadas no

período compreendido entre 1714 e 1754. Em reforço desse suposto, Peres registra parte de um ofício enviado pelo vice-rei, o Conde dos Arcos, datado de 30 de abril de 1757, para o Conselho Ultramarino, informando que mandara demolir uma das torres da Igreja da Sé “(...) que se abatesse destruiria o edifício da Sé, da Misericórdia, Hospital e muitos outros que lhe estavam próximos”.<sup>61</sup> Outra informação, extraída de uma Carta Régia de 1761, diz que se “mandasse executar um plano para o adro e torre da Sé”.<sup>62</sup>

Conforme preconizava a Provisão Régia de 26 de outubro de 1765, promulgada depois da expulsão dos jesuítas, em 19 de abril de 1760, as atribuições da Sé passaram para a Catedral Basílica, então Igreja do Colégio<sup>63</sup>. Essa, provavelmente, teria sido a maior perda da Sé e daria início à decadência da ex-catedral. A mudança de “posto” foi justificada pelo suposto estado deteriorado em que se encontrava o antigo templo. Entretanto, é provável que a motivação para o seu rebaixamento hierárquico tivesse inspiração política, ou seja, a apropriação, material e simbólica, do templo jesuítico.

Ademais, vale lembrar que, concomitante à expulsão dos jesuítas, à perda de posto de Sé primacial (1765) e, igualmente, do direito à subvenção real, Salvador deixou de ser capital do Brasil, em 1763 – transferida para o Rio de Janeiro –, o que reduziu a expressividade política da urbe, e, decorrentemente, da sua sede arquiépiscopal.

O Arcebispo Frei Antonio Correa, em ofício enviado em 1779 a Martinho de Mello e Castro, do Conselho Ultramarino, mostra que a Sé se encontrava em ruínas e seria “necessário apear as duas torres”<sup>64</sup>, a do lado sul (do relógio), já demolida até a cimalha em 1757, restando, então, a torre norte (dos sinos).

Dos alicerces evidenciados na escavação arqueológica realizada na área da antiga Sé, alguns correspondiam ao espaço anteriormente ocupado pela torre norte da igreja. Do interior das fundações da caixa de escada que levava ao topo da torre, foi coletada uma grande quantidade de tijolos, telhas e cravos, com características técnicas semelhantes. O fato de os materiais terem sido encontrados a grande profundidade (até 300 cm), em uma área restrita à torre, sujos de argamassa – isto é, material procedente de demolição, descartado – autoriza supor serem provenientes das demolições ocorridas entre 1714 e 1779.

Vilhena descreve, sintética e precisamente, a decadência da Sé:

Quando nos fins de 1787 cheguei a esta cidade vi ainda tôda a grande Praça de Jesus, cheia de pedraria tirada daquela demolição, à exceção das colunas, bases, e capitéis que ficaram, e existem dentro no adro da Sé; notei porém com admiração, que dentro em dois anos desapareceu tôda aquela pedra, ficando a praça limpa.<sup>65</sup>

Ainda neste contexto, e com a mesma precisão, o autor descreve a Igreja:

É a Sé Catedral um grande templo de uma só nave, com as capelas laterais muito fundas, e por isso escuras, e tôda ela de gosto antigo. O seu teto era de madeira, e apainelado todo com boas pinturas, e porque ameaçava pronta ruína, se apêou este ano; pelo que ficou bem pouco decente para as funções para que é destinado, visto que pouco difere de um grande armazém.<sup>66</sup>

No século XIX, uma lei de 1.º de junho de 1838 determinava que as atribuições de catedral jesuítica fossem transferidas para a Sé “somente em quanto não estiver prompta a igreja do Collegio, que lhe reconhecia como Cathedral desta Diocese (...).”<sup>67</sup> O cabido, temporariamente na Sé, faz acreditar que esta não estivesse em estado tão lastimável, o que fortalece o nosso suposto de motivação política. Resta à antiga Sé o auxílio das Irmandades, como a do Santíssimo Sacramento, que já havia protestado contra a mudança funcional, assim como zelou e realizou diversas obras de reparação na antiga catedral, conforme os registros de atas de 1860, 1865 e 1871, respectivamente, transcritos por Peres.<sup>68</sup>

(...) tendo / soffrido desmoronamento parte do telhado da I- / greja e não tendo até o presente o Governo dado solução à petição da Irman(da)de à esse resp(ei)to e nem havendo esperanças de alguma couza com- / seguir-se da parte do mesmo; afim de evitar / a continuação da ruina q(ue) m(ui)to mai dispen / diosa se tornará p(ar)a o futuro, os irmãos Thesoureiro / e Cura se encarreguem de mandar com urgen- / cia orçar a despeza a fazer com o reparo ne- / cessario a privar a continuação da <cahida das / aguas da chuva, e à vista do orcam(en)to q(eu) deverá / ser apresentado q(uan)to antes, se mande fazer o concerto (...). (... em / consideração ao estado de ruina em q(eu) se achava / o telhado, mas também à obra q(eu) se está fasendo no / largo q(eu) fica em frente ao Templo (... gratuitam(en)te exercida p(el) lo pres- / tante Cidadão Francisco Ezequiel Meira, tendo / como a maior economia e zêllo, prestando-se até / com aparelhos e andaimes, sem nisso dispende esta Irmandade um só real.

[reparos no telhado e forro, além de pinturas no teto] a oleo, levando tres mãos para prepa- / ração, e a ultima de cor azul celeste; no centro da pintura / da história do Brasil representando a primeira Missa.

Como se pode perceber, os três trechos apresentados apontam para reparos no mesmo espaço – o telhado da Sé e seu entorno, especialmente o adro –, que ficou configurado como Praça D. Isabel e se deveu à ampliação dos limites defronte à igreja. Nessa época, Salvador era administrada por Luis Antônio Barbosa de Almeida, que mandou

nivelar e calçar, com pedra especial, a referida praça, fechá-la por gradis e portões de ferro, e ajardinar, por meio de canteiros regularmente dispóstos, a formosando-a, ademais por meio de um chafariz de mármore, collocado ao centro; tendo sido as obras por 25:438\$852, com o comendador Francisco Manuel da Silva Pereira.<sup>69</sup>

A referida praça foi inaugurada em 26 de novembro de 1865, ficando a vigilância municipal responsável por sua segurança.

Dessa praça foram encontrados, no decorrer das escavações arqueológicas, partes do calçamento e de um banco anexado à parede lateral do palácio arquiépiscopal, além do aterro que a deixava no nível da rua.<sup>70</sup> – deste, foi coletada e submetida à análise uma grande quantidade de azulejos com motivos decorativos elaborados nos séculos XVII e XVIII. Os índices cronológicos de fabricação, transporte, uso e descarte desses azulejos, associados ao seu não pertencimento à Sé, possibilitam o reconhecimento do material como derivado de entulho do século XIX da Praça D. Isabel, provavelmente procedente de prédios nas redondezas da antiga igreja, dada a dificuldade de transporte de entulho no período.<sup>71</sup> Em 1883, a Câmara Municipal de Salvador promoveu outra reforma na praça, realizando iluminação de combustores e um novo traçado do seu jardim, modernizando, desta forma, o entorno da igreja.<sup>72</sup>

Anos mais tarde, foram propostos planos de reurbanização de Salvador, especialmente no que se refere às vias de circulação necessárias ao novo trânsito que surgia: ruas eram alargadas, outras traçadas de forma retilínea e prédios coloniais eram demolidos com o objetivo de dar lugar ao crescente fluxo de veículos automotores, públicos e privados. A pretensão de instalar uma linha de bonde da Rua da Misericórdia até o Terreiro de Jesus, atravessando o local da igreja, selou para sempre o destino desta. Os debates e negociações em torno da demolição do templo tiveram início no governo de J. J. Seabra, mas não se concretizou a derrubada. Novas discussões entre a Arquidiocese, a Prefeitura e a companhia Linha Circular de Carris da Bahia vieram à tona, dessa vez de forma mais contundente, quando foram retomadas as tratativas para a demolição.

As próprias autoridades eclesiásticas já assinalavam sua predisposição para a derrubada, conforme Ata do Cabido Metropolitano, datada de 10 de agosto de 1916, na qual afirmavam a necessidade de realizar um “córte de cinco metros na Igreja da Sé, ou da sua demolição total”.<sup>73</sup> Três anos mais tarde, em carta de 29 de novembro de 1919, o bispo pedia ao Vaticano autorização para demolir a Sé: “O Govêrno do estado da Bahia deseja adquirir uma igreja na cidade da Bahia, com o fim de demolir para o trânsito público se tornar mais fácil. A sobredita Igreja não tem valor artístico nem é necessária para o culto porque perto dela há seis outras igrejas”.<sup>74</sup>

Os protestos de diversos setores da cidade fizeram-se sentir. Alçaram a voz, clamando pela permanência do edifício através da imprensa, documentos, manifestos e folhetos, as irmandades (em especial a do Santíssimo Sacramento), as instituições culturais (como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), intelectuais, artistas e uma parte da sociedade soteropolitana: “Tal é a desabrida linguagem, a desmedida impaciência, dos que reclamam a demolição da Sé, que, se não é o odio que os anima, o asco que lhes causam as paredes denegridas do templo, não se pode atribuir a impulso de patriotismo a campanha levantada na imprênsa.”<sup>75</sup>

A pressão da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, a conveniência para a igreja e o espírito de modernização que pairava na administração da cidade, assim como em certos círculos políticos e intelectuais, se acentuaram de tal forma que, em 1933, foi assinada a escritura pública de expropriação da Sé, permitindo à prefeitura tomar posse do prédio. O documento foi assinado pelo prefeito José Americano da Costa e pelo Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva, contando com a presença de diretores da Companhia. Emblematicamente, os mesmos poderes constituídos, que desde sua fundação e durante toda sua história foram a base de sua sustentação, decretaram a morte da Sé: “O representante de Mitra, devidamente autorizado pela Santa Sé, nos termos dos artigos 534 – 1532 do código do Direito Canônico e conforme o rescrito da Santa Sé de 29 de novembro de 1919, transfere ao Município de Salvador tódo o domínio, posse, uso e gôso dos terrenos ocupados pela Igreja da Sé (...).”<sup>76</sup>

Pouco tempo depois, foram demolidos dois quarteirões residenciais do início do século XIX, situados entre a Igreja da Sé e a Catedral Basílica de Salvador, com os mesmos fins que levaram à derrubada do templo: a passagem de trilhos de bondes.

Após a demolição do prédio da Sé, deveria ser colocado na área um marco que simbolizasse a existência pretérita do templo, como rezava a Escritura pública de expropriação da Igreja da Sé: “O Município colocará na área ocupada pela Igreja um marco ou sinal religioso comemorativo de sua existência naquele Local.”<sup>77</sup>

Efetivamente, a prefeitura municipal, conforme compromisso assumido com a arquidiocese, colocou ali um busto de bronze de Dom Pero Fernandes Sardinha. A partir desse momento, o espaço liberado pela demolição do templo e dos quarteirões residenciais passou a ser chamado Praça da Sé.<sup>78</sup>

Paradoxalmente, o motivo principal da demolição da Sé (a passagem de bondes) deixou de ter vigência na década de 1940, quando se proibiu o trânsito desses veículos na praça. Na década de 1960, novos planos de reurbanização determinaram seu uso para ponto de ônibus urbanos, com o que os trilhos de bonde ali existentes desapareceram sob uma camada de asfalto. Na década de 1980, uma nova utilização da Praça da Sé foi planejada: um estacionamento foi aberto ao público, para o meio do qual foi deslocada a estátua do Bispo Sardinha. Os passeios, por sua vez, foram embelezados com desenhos de pedra portuguesa, cujos motivos foram criados pelo artista plástico Juarez Paraíso.<sup>79</sup>

Todas as intervenções realizadas após a demolição da Igreja da Sé provocaram uma série de perturbações no contexto arqueológico original da igreja – isto é, o contexto deposicional –, passíveis de serem observadas in loco durante as escavações: Embasa, Coelba, Telebahia, entre outros órgãos, foram responsáveis por alterações profundas e pela perda da estratigrafia original de deposição.

Em 1998, com o projeto de revitalização da Praça da Sé, a área deixou de ser utilizada com ponto terminal de ônibus e passou por um processo intenso de remodelação, planejada como parte dos festejos comemorativos dos 450 anos de fundação de Salvador e 500 anos do Brasil. Essa reestruturação ensejou as intervenções arqueológicas que revelariam, a partir dos vestígios ali existentes, parte da história de uma das igrejas mais expressivas de Salvador, até então esquecida sob o solo da Praça da Sé.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho, chamamos a atenção do leitor para os acontecimentos construtivos que ocorreram na Igreja da Sé e seu entorno, numa perspectiva histórico-arqueológica. Buscamos apontar aqueles remanescentes materiais da história do espaço da primeira catedral do Brasil.

Os resultados não se limitam à Igreja da Sé, mas ampliam-se à observação da história de Salvador. A importância da cidade no cenário colonial, por ser a capital do Governo Geral – logo, centro administrativo, eclesiástico, comercial e militar da colônia Brasil, estrategicamente formada para centralizar as ações da coroa portuguesa no Novo Mundo –, dá a necessária relevância e imponência que deveriam ter os espaços arquitetônicos neste momento, tornando-os marcos de caracterização da metrópole. No entanto, não podemos restringir nossos resultados ao reconhecimento material da história da igreja e de seu entorno. Cabe, também, refletir sobre esses 500 anos de jornada, no decorrer dos quais chama a atenção a cobiça que permeou toda a existência da Sé, desde sua idealização até sua demolição, utilizada que foi inicialmente como instrumento capaz de conduzir, de forma ideológico-religiosa, os interesses da Coroa e, posteriormente, alvo de desinteresse público.

Essa ganância política é, ademais, coerente com a própria história de exploração observada no Brasil, desde sua criação. Contudo, a história não pode ser justificativa para ações políticas contemporâneas realizadas em benefício de poucos. A utilização dos alicerces da Sé pelo poder público, depois de sessenta e seis anos esquecidos no solo da Praça, mascarou, sob a aparência de um “inebriante” acontecimento promocional de um “sentimento de nação” – os 450 anos de Salvador e 500 anos do Brasil –, as atrocidades cometidas contra o nosso passado.

Nessa crítica, não nos limitamos apenas à Sé, mas aos centros históricos que vêm sendo constantemente destruídos e à desvalorização das histórias dos grupos étnicos oprimidos. Nesse panorama, não estaríamos remontando efetivamente ao contexto construtivo da Sé, a sua grande jornada, se, de alguma forma, não estivéssemos buscando criar mecanismos para um novo processo de identificação sociocultural.

1. Estas escavações foram coordenadas pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia.
2. SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 9 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana, 2000, p.46.
3. ETCHEVAR NE, Carlos. “O indígena e o colonizador: documentos arqueológicos sobre o contato em Porto Seguro”. *Os índios, nós*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 2000, p. 28-33. O sítio do Engenho de Itacimirim, a 3 km de Porto Seguro, foi localizado e pesquisado pela equipe do Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas (NAPAS / UFBA ).
4. ETCHEVARNE, Carlos; NASCIMENTO, Luiz Augusto Viva; CAR DOSO, Dorival Tadeu. *Relatório de atividades do acompanhamento arqueológico à linha de transmissão da COELBA no trecho Porto Seguro - Santa Cruz Cabralia* (relatório de pesquisa). Porto Seguro: NAPAS /UFBA, 1998.
5. As principais foram: a expedição comandada por Gaspar de Lemos, em 1501, que deu nome a alguns acidentes geográficos do litoral brasileiro; a expedição comandada por Gonçalo Coelho, em 1503, que tinha a função de cumprir o contrato do rei de Portugal com comerciantes interessados pelo pau-brasil, a exemplo de Fernão de Noronha; e a expedição comandada por Cristóvão Jacques, em 1516 e 1526, com a finalidade de impedir o contrabando do pau-brasil.
6. Foram as capitanias e seus respectivos donatários: Santo Amaro, Santana e Itamaracá, de Pêro Lopes de Sousa; duas capitanias chamadas São Vicente, de Martin Afonso de Sousa; São Tomé de Pero de Góes; Espírito Santo, de Vasco Fernandes Coutinho; Porto Seguro, de Pêro de Campos Tourinho; Ilhéus, de Jorge de Figueira Correia; Baía, de Francisco Pereira Coutinho; Pernambuco, de Duarte Coelho; Rio Grande e Maranhão, de João de Barros e Aires da Cunha; Ceará, de Antônio de Barros Cardoso; e Maranhão, de Fernando Álvares de Andrade.
7. AGOSTINHO, Pedro. “Embarcações e Navegação na Baía de Todos os Santos – Estudo náutico-geográfico e etnográfico-tipológico sobre dados de *Emeric Essex Vidal*”. In: *Emeric Essex Vidal, São Salvador da baía de Todos os Santos – vista panorâmica 1835-1837*. Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1996, p.11.
8. “*Horst é a parte soerguida de uma fossa tectônica; graben é a que resulta do afundamento, geralmente escalonado*”. AGOSTINHO, Pedro. *Op. cit.*, p.12.
9. AGOSTINHO, Pedro. *Op. cit.*, p.12.
10. HABSBURGO, Maximiliano de. Bahia 1860. “Esboços de viagem – fragmentos”.

*Emeric Essex Vidal, São Salvador da baía de Todos os Santos – vista panorâmica 1835-1837.* Salvador: Banco da Bahia Investimentos S.A., 1996, p.9.

11. O mesmo regimento que levou Tomé de Souza a ser o governador-geral do Brasil trazia as normas prévias que tornariam Salvador o centro político administrativo- religioso do país até 1763.

12. Regimento do Governador e Capitão General Tomé de Souza dado em Almerim, Portugal, a 17 de dezembro de 1548: constituição prévia do estado do Brasil, 2. ed. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998, p.11.

13. *Regimento do Governador e Capitão... Op. cit.*, p.12.

14. BOCCANERA JR, Silvio. “Igreja da Sé”. In: *Bahia histórica*. Salvador: Typ. Bahiana, 1921, p.103; PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1980, p.22.

15. Era comum às ordens religiosas marcarem as peças produzidas em suas olarias com os símbolos de suas referências, reafirmando sua posição ideológico-religiosa, além de, estrategicamente, marcar território. COSTA, Carlos Alberto Santos. *Arqueologia da primeira Sé do Brasil: os materiais construtivos – relatório final PIBIC (1999/2000)* (relatório de pesquisa). Salvador: MAE/UFBA, 2000, p.47. COSTA, Carlos Alberto Santos. *Os vestígios arqueológicos como documentos sócio históricos do período colonial, em Salvador: os materiais construtivos – relatório final PIBIC/UFBA/CNPq (2000/2001)* (relatório de pesquisa). Salvador: MAE/ UFBA, 2001.

16. Um dos símbolos utilizados pela Ordem Jesuíta era a Cruz de Cristo

17. COSTA, Carlos Alberto Santos. “Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia”. *CLIO . Série Arqueológica (UFPE)*, v. 2, n. 19. Recife: EDUFPE, 2005, p.66-68.

18. ETCHEVARNE, Carlos; PALERMO NETO, Francesco; SOUSA, Ana Cristina. Sítio antiga igreja da Sé – *relatório da primeira etapa do plano de intervenção arqueológica* (relatório de pesquisa). Salvador: MAE/UFBA, 1999, p.42-50.

19. PERES, Fernando da Rocha. “A Sé no tempo pretérito”. *Memórias da Sé*. Salvador: Empresa gráfica da Bahia, 1974, p.66.

20. MATTOS, Waldemar. *Pinacoteca do Paço Municipal*. Salvador: Tipografia Manú, 1959, p.96; SA NTOS, Manuel Mesquita dos. *A Sé primacial do Brasil – notícias históricas*. Salvador: Cia Editora e Gráfica da Bahia S. A., 1933, p.27.

21. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.66.

22. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.66.
23. MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p.95.
24. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*, 5. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1979, p.24.
25. SIMAS FILHO, Américo. *A propósito de Luís Dias, mestre de obras da cidade do Salvador e decano dos arquitetos brasileiros*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 1998, p.18.
26. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.67-68.
27. SOUZA, Gabriel Soares de. *Op. cit.*, p.97.
28. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.70.
29. MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p. 96; SA NTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.* p. 26.
30. SIL VA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, v. 1. Bahia: IOE, 1919, p. 446.
31. SI MAS FIL HO, Américo. *Op. cit.*, p. 62.
32. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.71.
33. VARGAS , Tomasyo apud PEIXOTO, Afrânio. *Op. cit.*, p.23-24.
34. AL DENBUR G apud PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.72.
35. ATAS DA CÂMARA . Documentos históricos do Arquivo Público Municipal. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1625-1645, p.134.
36. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.72
37. ATAS DA CÂMARA . *Op. cit.*, p.275.
38. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.*, p.102.
39. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.* p.102; MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p.96
40. VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*, vol. 1. Salvador: Editora Itapuã, 1969, p.67.
41. SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Op. cit.*, p.67.
42. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.75.
43. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.74.

44. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.76.
45. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.77.
46. OTT, Carlos. Monumentos históricos e artísticos do município de São Francisco do Conde. Salvador: Alfa Gráfica e Editora, 1984, p.73-74.
47. OTT, Carlos. *Op. cit.*, p.83.
48. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.77-78.
49. MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p. 96.
50. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p. 78.
51. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.*, p.102; SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.23.
52. VILHENA, Luís dos Santos. *Op. cit.*, p. 67; MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p. 96; PEIXOTO, Afrânio. *Op. cit.*, p. 24.
53. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.*, p. 102; SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.23-24. Cabe ressaltar que, apesar de não termos encontrado nenhuma menção, as torres devem ter sido reedificadas ou não demolidas em sua totalidade, posto que, como veremos mais adiante, na metade do século XVIII, fala-se da necessidade do reparo destas.
54. MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p. 96; PEIXOTO, Afrânio. *Op. cit.*, p. 24.
55. VILHENA, Luís dos Santos. *Op. cit.*, p. 67-68.
56. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.78-79.
57. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.79.
58. ALVES, Marieta. “O passadiço do Palácio da sé”. in: história, arte e tradição da Bahia, 1 ed. Salvador: Departamento de Cultura, 1974, p.13-14.
59. MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p.96; PEIXOTO, Afrânio. *Op. cit.*, p.24; SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.25; VILHENA, Luís dos Santos. *Op. cit.*, p.68.
60. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.81.
61. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.81.
62. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.81.
63. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.*, p.103; MATTOS, Waldemar. *Op. cit.*, p.97.

64. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.83.
65. VILHENA, Luís dos Santos. *Op. cit.*, p.68.
66. VILHENA, Luís dos Santos. *Op. cit.*, p.67.
67. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.87.
68. PERES, Fernando da Rocha. *Op. cit.*, p.88-89.
69. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.*, p.103.
70. ETCHEVARNE, Carlos; PALERMO NETO, Francesco; SOUSA, Ana Cristina. Sítio antiga igreja da Sé – relatório da segunda etapa do plano de intervenção arqueológica – 1º semestre (relatório de pesquisa). Salvador: MAE/UFBA, 2000, p.21.
71. COSTA, Carlos Alberto Santos. “Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da sé, salvador, Bahia”. *Clio. Série arqueológica (UFPE)*, v. 2, n. 19. Recife: EDUFPE, 2005, p.62-63.
72. BOCCANERA JR, Silvio. *Op. cit.*, p.103.
73. SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.12.
74. SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.14.
75. SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.16. Trecho do “Protesto contra demolição da Sé”, datado de 07 de setembro de 1928, assinada por pelo menos 65 nomes ilustres da época.
76. SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.10.
77. SANTOS, Manuel Mesquita dos. *Op. cit.*, p.11.
78. FERREIRA, Ney. “Meninos da Praça da Sé”. *Pedaços de uma vida*. Salvador: Kanzeon, 1998, p.45-46.
79. COSTA, Carlos Alberto Santos. “Os velhos e os novos patrimônios: acerca dos processos de remodelação da Praça da sé de salvador-ba e os patrimônios arqueológico, arquitetônico e social”. *Mneme*, nº 18. Caicó: uFrN, 2005, p.363-394.